

Os insucessos da política econômica brasileira

Francisco Barbosa *

Os insucessos da política econômica brasileira em tentar simultaneamente, estabilizar os preços e promover o crescimento sustentado já duram pelo menos vinte anos. Duas décadas perdidas ou, como alguns preferem, uma perda e outra jogada fora. Com exclusão de alguns curtos períodos de bons resultados, toda a segunda metade do século foi de resultados não comemoráveis. Vinte ou cinqüenta anos é muito tempo ou muita perda de tempo. A alta taxa média de inflação e o crescimento per capita mediocre verificados atestam os insucessos.

Muitos brasileiros se perguntam se há razões para esses resultados e quais são. Duvidam até da viabilidade de crescimento: "Terá o Brasil jeito?"

Se há razões, vale o princípio simples: se há efeito, há causas. E mais, se os resultados das medidas de política adotadas não foram os desejados, errados não foram. Errados foram as medidas e os fundamentos que as justificaram.

O engano mais plausível da política econômica em todo o período considerado é o fato de os encarregados das políticas não considerarem ser o processo econômico dinâmico e sistêmico. Isto é "economês", mas explique.

Dinâmico significa serem as decisões dos principais agentes do pro-

cesso — empresas, consumidores, bancos, etc. — interdependentes no tempo, ou seja, as decisões que cada categoria toma em um período são influenciadas pelos resultados de suas decisões do período anterior e influem nas decisões do período seguinte. Um exemplo: se as indústrias passam por um período investindo muito, no período seguinte não investem. Recompõem a liquidez, seja refazendo a disponibilidade investida, seja pagando financiamentos, ou um pouco de cada. No período seguinte, recomposta a liquidez, provavelmente voltam a investir.

Sistêmico significa que os agentes e suas decisões são interdependentes. Decisões de uma categoria interferem nas decisões das outras e, indiretamente, nas próprias. Exemplo: se as empresas em geral, por quedas nas vendas, demitem e fazem aumentar o desemprego, fazem reduzir o consumo. A redução do consumo

faz suas vendas cair ainda mais. Assim, se a política econômica, visando conter a inflação, promove, num determinado período, através de juros altos, a contração da demanda, e esta se contrai, não a está eliminando, porém adiando-a, enriquecendo-a com os juros altos e fazendo-a acumular o período seguinte.

De outro lado, os mesmos juros altos, enquanto postergam o consumo,

alcançam mais intensamente as empresas. Fazem-nas reduzir os estoques operacionais, alterar, adiando seus planos de investimento e, para alguns setores, se o câmbio não atrapalhar, estimulam-nas a comprometer parcelas de produção, originalmente destinadas ao mercado interno, com exportações. Tudo comprometendo a oferta interna futura. Evidentemente, promovem, ao mesmo tempo, desemprego que também concorre para a postecipação e acumulação futura de consumo da população, especialmente determinados produtos não essenciais; diante de desemprego crescente, a população poupa mais.

A desativação, portanto, destinada a controlar a inflação, com o passar do tempo, cria, no período seguinte, um bolsão de demanda enriquecida, acumulada, líquida, e a ser exercida no período seguinte, diante de uma oferta restrita. Há outras consequências. Promove a redução do endividamento dos consumidores, que adquirem condições para assumir novas dívidas, quando a liquidez geral estará alta e os juros estarão baixos. Ou seja, cria um desequilíbrio ao mesmo tempo expansionista e inflacionário, resultante da demanda acumulada e da oferta restrita.

Nas economias mais estáveis, desequilíbrios equivalentes acontecem. (Afinal, as flutuações nessas econo-

mias decorrem do processo natural de antecipações e diferimentos de demandas e de variações de ofertas no tempo. Por isso o ciclo continua vivo.) Geralmente, não chegam a ser intensos, a ponto de causar pressões inflacionárias fortes. A recomposição da oferta acontece lentamente e até se antecipa à da demanda do consumidor final. Esta costuma acompanhar a recuperação do emprego, que se atrasa em relação à recuperação geral.

No caso de desequilíbrios intensos acumulados, resultantes de profundas intervenções oficiais, como tem acontecido no Brasil, a recuperação costuma ser mais rápida, acelerando-se desde o início e com forte pressão inflacionária, pois a demanda extra tende a ser exercida até antes da recomposição da oferta.

Políticas recessivas, além de criarem, no tempo, esses desequilíbrios entre oferta e procura agregadas, geram outras condições igualmente expansionistas e inflacionárias. Criam excesso de liquidez e baixas margens nas operações bancárias, forçando os bancos a expandir muito o crédito para que os volumes compensem as margens. Não raro, em ambiente de alta liquidez, notar-se que boas margens restam no crédito ao consumo, onde os bancos passam a alocar parcelas ponderáveis dos recursos disponíveis.

Implicam também perdas de arre-

cadas tributárias e aumento das despesas públicas — nestas, pelos juros altos e programas sociais extraordinários —, alimentando, com outras faltas de providências, o déficit público. Tudo isso resulta em situação expansionista forte, porém inflacionária.

Entendemos que combinar política monetária contracionista com moeda local sobrevalorizada, por um período que se pode considerar longo, alimenta, para a fase seguinte, pressões expansionistas e inflacionárias fortes, a se desencadear após inevitável ajuste da moeda local mediante a escassez da moeda estrangeira.

Além disso, não raro, diante de pressões políticas advindas do elevado desemprego, no auge da crise, mas já na predominância das condições expansionistas, o governo passa a adotar políticas promotoras da recuperação, concorrendo para a formação de quadro de superaquecimento, porém sempre inflacionário.

Como as nossas políticas de estabilização costumam ser agressivas, para compensar pressões muito fortes anteriormente criadas, acabam por gerar também, para as fases seguintes, desequilíbrios fortes, alimentadores de novas pressões de aumentos de preços. Criam uma roda viva boba e, infelizmente, desarranjadora do processo de crescimento.

Concluindo, as políticas de estabilização e de crescimento brasileiras dos últimos mais de vinte anos não deram certo porque não haveriam mesmo de dar. Seus formuladores não consideraram os outros efeitos (o sistêmico) e os efeitos dos efeitos (o dinâmico) das políticas intervencionistas adotadas.

Diria, então, o leitor eleitor: "Afinal, não há saída?"

Nada mais antinflacionário que um orçamento fiscal executado com equilíbrio entre receitas e despesas. Significa o governo gastar apenas o que já entrou na composição dos preços dos produtos e serviços levados ao mercado. Não há como se formarem pressões inflacionárias significativas de preços nessa condição. E mais, sem provocar os efeitos colaterais negativos para o nível de atividades, para os investimentos, portanto, para o crescimento, que políticas intervencionistas causam pelo menos por longos períodos.

Não há nada mais antinflacionário do que um orçamento fiscal executado com equilíbrio entre receitas e despesas

Curiosamente, nestes últimos mais de vinte anos, ou cinqüenta, de insucessos da política econômica brasileira, a única coisa não-assegurada, não-sustentada, não-definitiva, não-adotada foi o equilíbrio fiscal. Mera coincidência? O tema continua em aberto. Compõe a primeira pauta do Congresso deste ano. ■



Políticas recessivas implicam perdas de arrecadações tributárias e aumento das despesas públicas

faz suas vendas cair ainda mais.

Assim, se a política econômica, visando conter a inflação, promove, num determinado período, através de juros altos, a contração da demanda, e esta se contrai, não a está eliminando, porém adiando-a, enriquecendo-a com os juros altos e fazendo-a acumular o período seguinte.

De outro lado, os mesmos juros altos, enquanto postergam o consumo,

Economista.